



**METODOLOGIA GEOLINGUÍSTICA:
AGENTES EM GERAL E TÉCNICAS DE INQUÉRITO SEMÂNTICO-
LEXICAL EM ESPECÍFICO**

**GEOLINGUISTIC METHODOLOGY:
AGENTS IN GENERAL AND SEMANTIC-LEXICAL INVESTIGATION
TECHNIQUES IN PARTICULAR**

Selmo Ribeiro Figueiredo Junior¹
Felício Wessling Margotti²
Manoel Mourivaldo Santiago Almeida³
Juscelino Francisco do Nascimento⁴

Resumo: Este artigo trata da metodologia da pesquisa voltada à elaboração de atlas linguísticos. Apresenta: (i) uma sistematização das etapas da execução de um projeto de atlas segundo as tarefas técnicas dos diferentes agentes envolvidos; (ii) uma proposta de uma técnica inédita — chamada ‘técnica de efeito tríplice’ — referente à elicitação de dados semântico-lexicais, à sua etiquetagem e à sua cartografia; e (iii) uma classificação de juízos metalinguísticos/epilinguísticos e etnográficos emitidos pelos informantes em inquérito semântico-lexical. Adicionalmente, propõe-se um modelo de elicitação semântico-lexical de estrutura algorítmica.

Palavras-chave: dialetologia; geolinguística; metodologia.

Abstract: The research methodology of linguistic atlas is dealt with. Namely, this paper: (i) systematizes the phases of project execution of linguistic atlas, according to the participants’ different technical roles involved; (ii) puts forward a new technique called ‘triple-effect technique’, which is related to semantic-lexical data collection, to its labelling, and to its cartography; and also (iii) sorts out both metalinguistic-epilinguistic and ethnographic statements made by informants at semantic-lexical interview. Moreover, it is proposed a semantic-lexical elicitation model structured as an algorithm.

Keywords: dialectology; geolinguistics; methodology.

¹ Professor Temporário da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, PI, Brasil. selmojunior@usp.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8367-0306>

² Professor Titular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Blumenau, SC, Brasil.
felicio.margotti@ufsc.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9487-9321>

³ Professor Titular e Pesquisador da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil.
msantiago@usp.br
Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-0680-1151>

⁴ Professor Adjunto, Classe C, Nível I da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, PI, Brasil.
juscelino@ufpi.edu.br
Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-7090-2876>

1. INTRODUÇÃO

A elaboração de um atlas linguístico pressupõe a execução de diversas etapas, que se iniciam com a escolha da(s) língua(s) a ser(em) investigada(s) e a delimitação do espaço territorial a ser representado nos mapas que vão compor o atlas. Na fase de elaboração do projeto, considerando diversas variáveis — estudos dialetológicos e sociolinguísticos já realizados sobre a língua no território delimitado para o atlas linguístico, objetivos da pesquisa, tempo necessário, recursos humanos e materiais disponíveis, entre outras questões —, há decisões teórico-metodológicas estratégicas a serem tomadas relativamente à rede de pontos (localidades), perfil e número de informantes, além da construção dos diferentes instrumentos de pesquisa (questionários, fichas, temas para discursos semidirigidos *etc.*). Essas decisões também levam em conta os resultados que se quer alcançar, os equipamentos de gravação e os procedimentos para a realização das entrevistas, sua transcrição, a etiquetagem e tratamento dos dados e a exploração de diferentes possibilidades de representação cartográfica desses resultados. Definido o projeto, a execução de um atlas linguístico tem várias etapas, que vão desde, num extremo, a coleta bruta de dados em campo até, noutra extremo, sua edição final para divulgação científica. Essas fases têm naturezas distintas, cada qual demandando papéis técnicos que se distinguem daqueles demandados pelas outras fases. É sobre a metodologia da coleta e da etiquetagem de dados para um atlas linguístico, especialmente os semântico-lexicais, que centraremos a abordagem neste artigo.

2. AGENTES NA PESQUISA GEOLINGUÍSTICA

Em projetos grandes de altas linguísticos, há uma tendência de que cada papel seja desempenhado por um ou mais indivíduos (ou agentes) fixos. Nesse caso, fixos aos respectivos papéis. Inversamente, em projetos pequenos, há uma tendência de que os agentes em geral desempenhem vários papéis cumulativamente. A lista *I* exhibe os papéis mais essenciais na primeira fase de execução de projeto, concernente à coleta de dados *in loco*.⁵

- I* Papéis técnicos mais essenciais na elicitación (primeira fase)
- a* Inquiridor/Entrevistador
 - b* Controlador
 - c* Anotador

O inquiridor/entrevistador é quem, gravando tudo, conduz o inquérito/entrevista junto ao inquirido/entrevistado/informante. É o inquiridor quem oferece os *inputs* aos quais o inquirido reage, produzindo *outputs*. Em termos mais práticos, é o inquiridor/entrevistador quem, no caso de um inquérito semântico-lexical⁶, enuncia as questões a serem respondidas pelo inquirido.

⁵ O papel central do líder (diretor/coordenador/organizador/editor/*etc.*) de um projeto de atlas linguístico deve ser entendido como essencial em todas as fases da pesquisa, não havendo, por isso, necessidade de repetidamente mencioná-lo nas diferentes listas de papéis que este artigo apresenta. Ademais, vale desde já explicitar que a fase de pesquisa bibliográfica é entendida aqui não como fazendo parte da execução de um projeto de pesquisa, mas sim como fazendo parte da elaboração de projeto. Neste artigo, a abordagem recai nas fases de execução da coleta e da etiquetagem dos dados semântico-lexicais do projeto.

⁶ Entre os diversos níveis linguísticos, o semântico-lexical é tomado na discussão deste artigo, sobretudo porque ele, em maior grau, requer técnicas de inquérito/entrevista que definem radicalmente a qualidade da elicitación.

Por seu turno, o controlador é quem monitora o desenvolvimento do inquérito, corrigindo, quando necessário, a condução realizada pelo inquiridor, bem como monitora o funcionamento dos artefatos elicitativos⁷ do *set* de inquérito. Ainda, ao controlador cabe a função de evitar lacunas na execução do roteiro de levantamento de dados, de garantir que o inquiridor seja claro na execução das perguntas ao entrevistado, de se certificar de que o microfone permaneça a uma distância ideal da boca do entrevistado e de cuidar para que as diferentes vozes no *set* de inquérito não sejam gravadas sobrepostas umas às outras.

Quanto ao anotador, é ele quem registra elementos vários observados no *set* de inquérito; elementos esses que podem ser relevantes posteriormente para o entendimento de dados específicos não necessariamente captados na gravação sonora. Em um caso como esse referido, de fato o ideal é que haja uma pessoa no *set* de inquérito exclusivamente fazendo esses registros e eventualmente agregando comentários contextuais nos quais os analistas posteriormente poderão se fiar.

Note-se que, apesar de os títulos na lista *I* eventualmente darem uma impressão contrária, o papel técnico no *set* de inquérito que implica necessidade de tomadas de decisão não é exclusivamente do inquiridor. De um lado, a ele cabe formular e eventualmente reformular as perguntas de modo claro e objetivo para ter sucesso na obtenção de respostas válidas, insistir para obter outras variantes ou, se não tiver sucesso na obtenção de resposta(s) espontânea(s) e por meio da insistência, perguntar sobre determinadas variantes que supostamente podem ser conhecidas/usadas pelo inquerido. De outro lado, controlador e anotador têm a responsabilidade de assegurar a qualidade do material gravado e o registro de aspectos relevantes para a cartografia e análise desse material.

A qualidade do trabalho na primeira fase depende, em primeiro lugar, diretamente da atuação ativa do controlador. Em se tratando da tentativa de garantir a qualidade da coleta de dados, algo pode escapar ao inquiridor, mas não ao controlador. Se, no final, a qualidade do trabalho for sofrível, sofrível terá sido o desempenho do controlador, responsável pelo bom desenvolvimento do inquérito linguístico.

Em segundo lugar, a qualidade fina do trabalho na primeira fase depende do anotador. As nuances — sobretudo as imprevistas e as não necessariamente captadas pela gravação, conferidas pelo informante aos dados — devem estar no radar do anotador, e suas anotações têm um potencial *a priori* incalculável, podendo ser utilizadas posteriormente tanto para uma melhor compreensão do que foi efetivamente gravado (ao qual elas se referem) quanto para possivelmente figurarem na edição de divulgação à guisa de glosas.

A depender do líder⁸ do projeto de atlas, os papéis apontados na lista *I* podem ser desempenhados até o fim pelos mesmos indivíduos, ou em alternância entre eles. As duas opções têm vantagens e desvantagens.

Vantajosamente, a modalidade não alternante implica: um menor risco de confusão dos indivíduos sobre suas funções em momentos diferentes no trabalho de campo; um treinamento direcionado a um número menor de indivíduos (economia de custos e, eventualmente, de tempo); e uma responsabilidade permanente sobre o

⁷ ‘Artefatos elicitativos’ é um termo entendido aqui como um hiperônimo a abranger três classes de objetos utilizados no *set* de inquérito: *i.* os instrumentos metodológicos de coleta de dados (questionários, fichas, temas para discursos semidirigidos *etc.*); *ii.* os objetos auxiliares dos instrumentos mencionados (coisas do mundo a representarem referentes extensionais tematizados em questões onomasiológicas, imagens representativas desses referentes *etc.*), também designados como *realia*; e *iii.* os objetos de áudio, vídeo e de informática necessários (microfones, gravadores, HDs externos *etc.*).

⁸ Neste artigo, o termo ‘líder’ denota genericamente o papel de chefe de projeto de atlas. Suas instanciações, no bojo da execução de projeto, comumente são ‘diretor’, ‘coordenador’, ‘organizador’ ou ‘editor’.

respectivo conjunto de tarefas. Desvantajosamente, a falta de *know-how* compartilhado que a modalidade não alternante acarreta inviabiliza substituições de improviso, bem como dificulta o estabelecimento de empatia e de ajudas/controles mútuos, especialmente importantes na relação inquiridor-controlador.

Inversamente, como desvantagens, a modalidade alternante implica: um maior risco de confusão dos indivíduos sobre suas funções em momentos diferentes no trabalho de campo; um treinamento direcionado a um número maior de indivíduos (menor economia de custos e, eventualmente, de tempo); e uma responsabilidade dispersa sobre as tarefas. Vantajosamente, a existência de *know-how* compartilhado que a modalidade alternante acarreta viabiliza substituições de improviso, bem como facilita o estabelecimento de empatia e de ajudas/controles mútuos, especialmente importantes, como já dito, na relação inquiridor-controlador.

Com a primeira fase levada a cabo, é chegada a hora da segunda, que concerne à organização do *corpus* previamente constituído, cujos papéis mais essenciais elencam-se na lista II.

II Papéis técnicos mais essenciais na transcrição do *corpus* bruto (segunda fase)

- a Transcritor
- b Revisor

O transcritor é quem converte os dados brutos gravados recebidos em notação técnica, a qual pode ser grafemática, esquemática ou fonético-fonológica, com uso de sinais e símbolos convencionados, ou ainda via representação imagética de aspectos físicos ou acústicos da fala humana. A escolha por esta ou por aquela notação ou representação depende, patentemente, do nível linguístico enfocado. Os níveis morfológico, sintático, textual e pragmático são transcritos grafemática ou esquematicamente. O nível dos sons individuais, quando não abordado física ou acusticamente, é objeto de transcrição fonético-fonológica. Já o nível físico ou acústico dos sons e dos padrões entoacionais é representado imagetivamente, segundo os diferentes modelos representacionais existentes. Seja num caso, seja noutro, o ideal é que a transcrição se dê já no *software* no qual posteriormente os dados serão tratados, mas essa integração nem sempre se verifica na prática.

Feita a transcrição, e antes do tratamento dos dados, o turno é do revisor da transcrição. Com igual ou superior conhecimento ao transcritor, o revisor é o perito na notação técnica ou na representação imagética a ter o trabalho de meticulosamente confrontar, de um lado, a gravação dos dados brutos e, de outro lado, a “linguagem” técnica correspondente proposta pelo transcritor segundo as necessidades de tratamento da pesquisa. Mais propriamente dito, o revisor está incumbido de checar se existe uma correta correspondência entre o material empírico enfocado na gravação e a respectiva notação técnica ou representação imagética realizada pelo transcritor.

Depois dessa segunda fase, concernente à transcrição do *corpus*, entra em cena a necessidade de tratamento dos dados, e os papéis técnicos mais essenciais associados estão arrolados na lista III.

III Papéis técnicos mais essenciais no tratamento inicial dos dados (terceira fase)

- a Manipulador
- b Analista

O manipulador é quem, sabendo operar com ferramentas computacionais apropriadas, alimenta um ou mais programas com os dados para serem rodados e para a

exibição de estatísticas e de correlações em representações visuais⁹. A necessidade de um manipulador assim caracterizado aumenta quando as ações intentadas nos programas pressupõem conhecimento de linguagem de programação ou pelo menos de lógica de programação. Ao realizar essas tarefas, o manipulador gera as condições técnicas iniciais de trabalho para o analista.

Sendo de preferência um linguista especialista nos níveis linguísticos enfocados, o analista, após o trabalho do manipulador, olha para o tratamento inicial dos dados com a finalidade de extrair deles informações relevantes preliminares. Para essa tarefa, as representações visuais preliminares são de valioso auxílio. Com base nelas em específico, e a partir desse tratamento inicial dos dados em geral, é o analista que mais propriamente identifica os indícios, as evidências e os padrões existentes ou não.

Feita essa análise preliminar, aquilo que foi inicialmente extraído pelo analista servirá de guia no sentido de lhe oportunizar a possibilidade de propor (e executar) refinamentos analíticos. É nesse momento que ele pode sugerir cruzamentos anteriormente não pensados entre outros fatores sistematicamente controlados na pesquisa que podem estar influenciando os resultados e os valores quantitativos associados aos fenômenos linguísticos investigados.

Essa extrapolação analítica, muitas vezes, não vem reportada na versão publicada de atlas, mas sim em artigos complementares esparsos, geralmente assinados por analistas e por quem, no estágio do projeto, exercia o papel de líder.

Com a terceira fase realizada, chega a vez da fase que mais caracteriza um atlas linguístico, a saber, da fase da cartografia dos dados. Nela, os papéis técnicos mais essenciais envolvidos são mencionados na lista *IV*.

IV Papéis técnicos mais essenciais na cartografia dos dados (quarta fase)

- a* Cartógrafo
- b* Diagramador

Na execução de projeto geolinguístico, o cartógrafo é quem confecciona as cartas linguísticas (ou mapas linguísticos). Trata-se de um trabalho particularmente complexo. Além da construção das cartas propriamente ditas, ele precisa saber integrar nelas representações visuais elaboradas em fase anterior. Por essa razão, é muito importante certificar-se, idealmente desde o começo, se os programas computacionais utilizados nas diferentes fases do projeto suportam exportações e importações mutuamente compatíveis, para o bem das necessidades de integração visual de vários componentes num só, sem precisar de improvisações.

Uma vez que se possa contar com essas integrações, o valor informacional de uma carta linguística salta para um patamar superior. De um lado, com a combinação de representações visuais, o que a carta disponibiliza é o comportamento de uma variável linguística saturada pelas respectivas variantes na dimensão diatópica correlacionadas com dimensões extralinguísticas sociais ou estilísticas controladas na pesquisa. De outro lado, a carta disponibiliza ainda uma quantificação importante da variação linguística. É com base nessa quantificação e no comportamento linguístico projetado no espaço que, por exemplo, averigua-se a existência ou não de normas linguísticas¹⁰ ou ainda de

⁹ No âmbito deste artigo, o termo ‘representação visual’ é um hiperônimo a genericamente denotar qualquer tipo de quadro, de tabela, de esquema, de gráfico ou de mapa/carta.

¹⁰ Norma linguística é definida aqui como uma variante que, por um lado, obtenha distribuição diatópica regular (*i.e.*, esteja presente em um conjunto de localidades contínuas da rede de pontos investigada) e que, por outro lado, obtenha uma frequência relativa superior a cinquenta por cento. Quando a variante é documentada em todas as localidades da rede de pontos, Figueiredo Jr. (2019, p. 1.955) a considera uma

isoglossas. De acordo com Chambers e Trudgill (1980, p. 103), o termo isoglossa diz respeito a uma linha desenhada em um mapa com o objetivo de separar duas áreas dialetais, evidenciando a ocorrência de alguns usos ou variantes linguísticas em uma delas em oposição a usos e variantes linguísticas em outra área. Trata-se, portanto, de “uma linha virtual que marca o limite, também virtual, de formas e expressões linguísticas” (FERREIRA; CARDOSO, 1994, p. 12–13). Por sua vez, a sobreposição de várias isoglossas no mesmo mapa constitui um “feixe de isoglossas”¹¹.

Num projeto de atlas linguístico, o cartógrafo obviamente representa um papel técnico dos mais relevantes, mas o diagramador¹² também tem sua importância, sobretudo com respeito à inserção das cartas linguísticas num boneco¹³ técnica e esteticamente razoável — embora ele também esteja responsável por harmonizar, num projeto gráfico consistente, todo o resto daquilo que será a publicação final. Esse aspecto não deve ser negligenciado. Pelo menos a manipulação de componentes exportados de diferentes programas computacionais com vistas a um boneco de qualidade não deveria ser realizada por improviso. Afinal, aquilo a que os leitores terão acesso dependerá do trabalho final desempenhado pelo diagramador (análogo ao editor fílmico) juntamente com o líder (análogo ao diretor/cineasta).

3. TÉCNICA DE EFEITO TRÍPLICE

Para que a qualidade na elaboração de atlas linguísticos seja garantida, é fundamental que a metodologia de coleta empírica seja a mais isenta possível de problemas pragmáticos e técnicos. Não só os instrumentos de levantamento de dados devem estar bem ajustados com os objetivos da pesquisa, mas também as técnicas de elicitación precisam ser bem definidas. Nesse sentido, a preparação dos inquiridores para o campo é decisiva.

Essa preocupação precisa estar alinhada com os cuidados necessários para que o *corpus* resultante da pesquisa de campo tenha seus dados adequadamente identificados/etiquetados. A partir desses cuidados implementados, a cartografia dos dados será facilitada, sobretudo quando os critérios para cartografia coincidirem com os critérios de etiquetagem.

Com isso em mente, esta seção traz uma proposta de estabelecimento de uma ‘técnica de efeito tríplice’ (TET). Mais especificamente, a TET refere-se neste artigo: *i.* ao inquérito semântico-lexical; *ii.* à etiquetagem dos dados coletados; e *iii.* à cartografia desses dados já previamente tratados. No entanto, essa técnica poderá ser ajustada ao trabalho com outros níveis linguísticos, envolvendo a necessidade de alteração/eliminação principalmente do item *i.*

Genealogicamente, a TET é legatária direta da ‘técnica de entrevista orientada à contundência responsiva/anuente’ (TE) — de Figueiredo Jr. (2019) — e indireta da

norma linguística absoluta’ e, quando ela se refere apenas a um perfil específico de informantes, chama ‘norma linguística relativa’.

¹¹ De fato, a sobreposição de isoglossas é relativa, representando áreas de transição entre uma variedade dialetal e outra, o que leva ao entendimento de que não existem limites rígidos entre as variedades regionais, e mesmo entre as línguas faladas no contínuo do espaço geográfico.

¹² Trivialmente, sem uma boa diagramação, por exemplo: fontes podem ser configuradas com tamanho malpropício; cores podem ter uma impressão divergente daquela observada nos programas; representações visuais podem apresentar-se serrilhadas ou com *pixels* estourados; e a exibição dos mais variados elementos pode apresentar-se corrompida.

¹³ Nas artes gráficas, boneco (ou boneca) é o projeto gráfico já montado de uma publicação. Ele serve para mostrar como será a forma impressa do trabalho.

‘técnica de entrevista de três tempos’ (TTT) — de Thun (2000). Em outras palavras, a TET tem seu desenvolvimento a partir da TE, enquanto a TE tem seu desenvolvimento a partir da TTT. Esta última, como base genealógica nos termos expostos, é apresentada na lista V a seguir.

- V TTT
- T1 perguntar
- T2 insistir
- T3 sugerir

No T1, o inquiridor/entrevistador procura obter respostas espontâneas do inquirido/entrevistado/informante. Este, no T2, é estimulado a enunciar variantes adicionais às respostas espontâneas. No T3, o inquiridor apresenta um rol previamente preparado de variantes não contempladas no T1 e no T2. Esse último tempo objetiva captar formas passivamente conhecidas pelo falante.

Um pressuposto importante da TTT concerne ao funcionamento da memória. Enquanto o T1 e o T2 orientam-se à obtenção de formas ativas na mente do entrevistado, T3 explora a existência de variantes passivas. A diferença de *status* ativo e de *status* passivo das formas não é trivial. Pelo contrário, ela contribui para identificar se uma forma é velha (ou regressiva), se ela é nova (ou progressiva) ou ainda se ela é estável na comunidade de fala. A lista adiante mostra a TTT em termos de enunciação prototípica, em que ‘QO’ significa ‘questão onomasiológica’ e ‘QS’, ‘questão semasiológica’, cada qual vinculada a um questionário próprio.

- V’ TTT em termos enunciativos prototípicos
- T1 “Como se chama x ?” (QO) / “O que significa y ?” (QS)
- T2 “Conhece outros nomes (alternativos a x)?”
- T3 “Já ouviu z_n ?”

O x é a descrição de um referente semântico tematizado em cada questão onomasiológica do inquérito semântico-lexical (o inquiridor descreve o referente e pergunta pelo nome). Aí, o interesse da pesquisa está em obter do inquirido uma ou mais formas lexicais de um mesmo referente. Já na direção inversa, quando questão semasiológica e não onomasiológica, o y é um item lexical cujo referente pode variar (o inquiridor enuncia uma palavra e pergunta por seu significado). Aí, pois, o interesse está em obter do inquirido um ou mais significados para o mesmo item lexical. Em ambos os casos, as respostas obtidas em T1 são espontâneas. No caso onomasiológico, prevê-se a aplicação de T2, que representa a busca de formas lexicais adicionais resultantes de insistência. Por fim, T3 aplica-se tanto em um quanto em outro caso, em que z_n é uma variável representando o lugar de uma ou mais variantes possíveis de x ou y .

Thun (2000) formulou esses tempos (ou etapas) como uma técnica a ser aplicada da maneira mais sistemática possível no inquérito semântico-lexical. Havendo ou não uma ou mais respostas espontâneas, executa-se na sequência a insistência, após a qual as sugestões são realizadas.

Esse seria o funcionamento padrão da TTT. Assim, Thun prevê o tratamento das formas obtidas segundo seu respectivo *status*. Essa preocupação é a chave da qualidade metodológica associada à obtenção dos dados pela Dialetoleologia Pluridimensional que o autor desenvolve (RADTKE; THUN, 1996; THUN, 2000, 2005 *etc.*). Essa diferença de *status*, no modelo, é inclusive critério de cartografia de formas.

Nessa esteira, o ideal é: *i.* que as formas espontâneas (oriundas do T1) sejam cartografadas com outras formas espontâneas; *ii.* que as formas resultantes de insistência (oriundas do T2) sejam cartografadas com outras formas resultantes de insistência; e *iii.* que as formas sugeridas (oriundas do T3) sejam cartografadas com outras formas sugeridas. Essa questão assume contornos de bastante importância na medida em que se trata, na verdade, de refletir a diferença epistemológica de *status* vinculada às formas elicitadas nos três tempos.

É necessário salientar, entretanto, que há cenários possíveis de inquérito em que os três tempos da técnica não são necessariamente consecutivos. Seja, por exemplo, o cenário em que o falante não produz respostas no T1 e no T2, mas, quando ele ouve uma sugestão no T3, a forma sugerida lhe evoca outra forma não sugerida, com ou sem semelhança de expressão ou de conteúdo. Nesse caso, a enunciação da forma não sugerida evocada por outra sugerida abre a problemática que aponta para idiosincrasias possíveis na ordem prevista da técnica. Se, por um lado, a forma enunciada for evidentemente semelhante à sugestão, poder-se-á argumentar que não se trata de espontaneidade radical. Se, por outro lado, a forma enunciada não for evidentemente semelhante à sugestão, poder-se-á argumentar que a associação de uma forma a outra é resultado de uma vinculação subjetiva *sui generis* do inquirido. Assim, a problemática pode revelar-se resistente a uma solução não *ad hoc*.

Ainda quanto à qualidade dos dados, sempre que houver tempo disponível e for financeiramente viável, é recomendável juntar na entrevista dois ou mais informantes que compartilhem as mesmas características e sejam conhecidos entre si porque, embora um único informante por localidade seja suficiente para garantir a geolocalização dos dados, nem todos os fatos linguísticos são sempre e imediatamente trazidos ao nível da consciência. Além disso, um único informante não pode, de forma alguma, assegurar que sua resposta espontânea seja representativa de toda a comunidade.

A pluralidade de informantes não só aumenta a representatividade em um sentido quantitativo, mas também costuma ter efeitos qualitativos. A presença de vários informantes estimula discussões entre eles e cria uma alternativa ao diálogo entre o investigador que vem de fora e os falantes locais. Os comentários metalinguísticos dos informantes constituem, juntamente com e em contraste com enunciados que se referem ao mundo extralinguístico ou às formas linguísticas apresentadas, o que chamamos de “dimensão diarreferencial” (THUN, 2010, p. 3. Tradução nossa).

Isso pode dar-se de duas maneiras: simultaneamente (quando vários inquiridos com o mesmo perfil participam do inquérito ao mesmo tempo) ou sucessivamente (quando vários inquiridos com o mesmo perfil participam do inquérito em momentos distintos).

Na opção sucessiva, o inquiridor entrevista um indivíduo (ou mais de um com o mesmo perfil), em um intervalo de tempo *x* e outro (ou mais), do mesmo perfil, em um intervalo de tempo distinto, *y*. Depois, as respostas de ambos são contrastadas, a fim de que discrepâncias ou coincidências surjam, qualificando os dados. Já na opção simultânea, o inquiridor entrevista dois (ou mais) indivíduos representantes de um mesmo perfil em um mesmo intervalo de tempo *x* e os deixa “controlarem-se” mutuamente. Por esse controle mútuo, discrepâncias e coincidências surgem espontaneamente, qualificando as respostas. Seja de modo simultâneo ou de modo sucessivo, a qualidade dos dados alcança um patamar indiscutivelmente superior. Além da redução de possíveis falas inventivas, por exemplo, ganha-se também com os comentários metalinguísticos, que compõem, de acordo com Thun (2010, p. 7), a dimensão diarreferencial.

A adoção da ‘técnica de entrevista de três tempos’ (TTT), tal como concebida por Thun (2000), é ainda mais favorável quando o projeto de atlas conta com financiamento e com tempo ideais. Alternativamente, há a opção pela ‘técnica de entrevista orientada à contundência responsiva/anuente’ (TE), tal como elaborada por Figueiredo Jr. (2019) a partir da TTT, como dito antes.

Enquanto a TTT prototipicamente se realiza necessariamente de T1 a T3 de modo sistemático, a TE se realiza não necessariamente de T1 a T3. Isso porque o objetivo da TE é obter a contundência responsiva/anuente do informante, e a obtenção dessa contundência pode dar-se já no T1, por exemplo. Após essa obtenção, o inquiridor segue para as próximas questões do inquirido. Figueiredo Jr. (2019) chama ‘relevantes’ as formas elicitadas sob manifestação contudente do inquirido, independentemente do tempo (T1, T2 ou T3) dessa obtenção, e elas são, em primeiro lugar, objeto de cartografiação.

Adicionalmente, a TE reflete-se na etiquetagem do *corpus* semântico-lexical, além de se refletir na cartografiação como a TTT. Ou seja, cada forma registrada é marcada por um de cinco estatutos qualitativos primários, exibidos na lista VI.

VI Estatutos qualitativos primários

- | | | |
|----------|----------------------------------|----------------|
| <i>a</i> | forma espontânea positiva: | FP(<i>x</i>) |
| <i>b</i> | forma espontânea negativa: | FN |
| <i>c</i> | forma resultante de insistência: | FI(<i>x</i>) |
| <i>d</i> | forma sugerida aceita: | FA(<i>x</i>) |
| <i>e</i> | forma sugerida rejeitada: | FR |

No T1, uma forma enunciada positivamente (como “É *y*” / variações) recebe o *label* FP. Ainda no T1, uma forma enunciada negativamente (como “Não é *y*” / variações) recebe o *label* FN. No T2, uma forma enunciada recebe o *label* FI. No T3, uma forma sugerida aceita (“Já ouvi *y* [para isso que se pergunta]” / variações) recebe o *label* FA. E, ainda no T3, uma forma sugerida rejeitada (“Nunca ouvi *y* [para isso que se pergunta]” / “Já ouvi *y*, mas não para isso que se pergunta” / variações) recebe o *label* FR.

O índice *x* nos itens *a*, *c* e *d* da lista VI assume um valor sequencial (1, 2, 3...) em ordem cronológica quando se trata de mais de uma forma compartilhando um mesmo estatuto qualitativo primário. Não havendo mais de uma forma nessa condição, o índice é prescindido. Por exemplo, se o entrevistado, face à questão “Como se chamam duas bananas que nascem grudadas”, responde unicamente <felipe>, marca-se essa informação como “<felipe>FP”. Porém, se o entrevistado responde não apenas <felipe>, mas também <inconho>, a marcação é “<felipe>FP1” e “<inconho>FP2”. O mesmo, *mutatis mutandis*, aplica-se aos estatutos qualitativos primários mencionados nos itens *c* e *d* da lista VI.

Além dos estatutos qualitativos primários, há outros três secundários:

VII Estatutos qualitativos secundários

- | | | |
|----------|--------------------------|------------------|
| <i>a</i> | retificação: | Ret(<i>Yx</i>) |
| <i>b</i> | hesitação: | Hes |
| <i>c</i> | suspeição de designação: | Sus |

Com “Ret”, marca-se um dado do inquirido que seja, por ele mesmo, objeto de retificação lexical ou fonética. Com “Hes”, marca-se um dado do inquirido que, por ele mesmo, seja ou enunciado, ou rejeitado, ou anuído de modo fortemente hesitante. E com “Sus”, marca-se um dado que, no universo dos dados, pareça dubitável. Como tal, este

último é reportado no respectivo *corpus*, mas preferivelmente, em princípio, preterido de tratamento estatístico e cartográfico em perspectiva com as demais variantes.

No item *a* da lista *VII*, *Y* representa o estatuto qualitativo primário cuja respectiva forma é objeto da retificação, enquanto *x* simboliza, se houver, a ordem numérica em que a forma original se encontra. Seja, por exemplo, a forma <felipe>_{FP1}. Se, na sequência, o falante a rearticula, à maneira de retificação, com a primeira vogal mais fechada, esse fato pode ser sinalizado “<filipe>_{Ret(FP1)}”. Assim, os dois eventos — um atinente à enunciação original; e outro, à respectiva retificação — são registrados.

Os estatutos qualitativos nas listas *VI* e *VII* são, portanto, adicionalmente *labels* (ou etiquetas) organizacionais do *corpus* semântico-lexical. Via postulação, a ordem *a priori* de relevância dos estatutos primários é como segue.

VIII Ordem *a priori* de relevância dos estatutos primários

- a* FP(*x*)
- b* FI(*x*)
- c* FA(*x*)
- d* FN
- e* FR

Já a ordem *a priori* de relevância dos estatutos secundários é como mostra a lista *IX*.

IX Ordem *a priori* de relevância dos estatutos secundários

- a* Ret(*Yx*)
- b* Hes

Note-se que o estatuto secundário (e *label*) “Sus” não se encontra na lista *IX*. Ele não entra na ordem *a priori* de relevância porque sua utilização não implica diferença qualitativa. Quanto à ordem *a priori* dos índices (1, 2, ...), segue-se sua ordem natural (1, 2, ...).

Todavia, a ordem *a priori* de relevância dos estatutos pode mudar *a posteriori*. Para ilustrá-lo, seja uma FA a revelar-se mais relevante do que uma FP, tal como o diálogo *X* adiante demonstra, no qual “inq.” denota inquiridor, e “inf.”, informante.

X Pecinha de madeira

- Inq.: — Como se chama aquela pecinha de madeira que gira ao redor de um prego para fechar porta, janela?
- Inf.: — Tem um nome... Uma “trinca”, uma “trava”... Mas tem outro nome... {Vários segundos se passam.}
- Inq.: — Já ouviu “tramela”?
- Inf.: — Isso! “Tramela” que eu estava tentando lembrar. Isso é uma “tramela”.

Esse é um exemplo a demonstrar que uma FA pode ser mais relevante do que uma (ou mais) FP. A postura contextual do falante é a instância a indicar a necessidade ou não de mudança da ordem *a priori*. Em caso afirmativo, gera-se uma ordem *a posteriori* a ser tomada em consideração em detrimento da ordem *a priori*. No exemplo em tela, a forma <tramela>_{FA} é, por indicação contextual, mais relevante do que as formas <trinca>_{FP1} e <trava>_{FP2}. Por conseguinte, a ordem de relevância aí, rearranjada *a posteriori*, é FA–FP1–FP2. A primeira forma a encabeçar a ordem é chamada ‘cabeça de relevância’. No caso em tela, FA é a cabeça.

Em suma, de um ponto de vista genérico, a ordem *a priori* de relevância se mantém, desde que não haja informação concreta para rearranjos. Em situação de dúvida, o inquiridor

pode, a qualquer momento do inquérito, formular perguntas ao informante específicas para o propósito de esclarecê-la. Nesse sentido, é importante que o entrevistador se certifique da clareza de todas as respostas do entrevistado. A pertinência desse procedimento se verifica, por exemplo, quando a resposta é dada em voz muito baixa, ou quando ela parece inusitada num primeiro momento, ou quando ela implique algum aparente contrassenso *etc.* Ocasião que merece esse procedimento é, por exemplo, quando o falante diz <arroz-doce> como resposta a “Como se chama o alimento feito com grãos de milho branco, coco e canela?”¹⁴.

Dessa formulação, uma importante consequência se deriva. A cartografiação pode ser não apenas das formas pareadas segundo o compartilhamento dos mesmos estatutos qualitativos, mas também, alternativamente, segundo sua ordem de relevância.

Essa é a caracterização da ‘técnica de entrevista orientada à contundência responsiva/anuente’ (TE) e seus reflexos, envolvendo não só o inquérito semântico-lexical, mas ainda a etiquetagem e a cartografiação. Em contraste, e por fim, além das duas opções ‘técnica de entrevista de três tempos’ (TTT) e ‘técnica de entrevista orientada à contundência responsiva/anuente’ (TE), apresenta-se a seguir uma terceira, a ‘técnica de efeito tríplice’ (TET).

Como dito anteriormente, a TET é legatária de suas duas predecessoras, TTT e TE. Em vista disso, entendemos que a proposta da TET engloba o melhor do ponto de vista metodológico, pois, de modo necessário e sistemático, ela prevê a aplicação: *i.* dos tempos 1, 2 e 3 (T1, T2 e T3); *ii.* da pluralidade de informantes simultânea ou sucessiva; *iii.* da etiquetagem do *corpus* semântico-lexical com os estatutos qualitativos primários e secundários; *iv.* da cartografiação de formas segundo seus estatutos qualitativos (conjunto 1 de cartas) e segundo sua ordem de relevância (conjunto 2 de cartas).

No que tange ao inquérito, propõe-se aqui o seguinte modelo:

Quadro 1 – Modelo de elicitación semântico-lexical da TET

Procedimento (proc.)

<i>a</i>	Faça a pergunta/questão da vez do questionário e siga ao proc. <i>b</i> .
<i>b</i>	Se o informante (inf.) tiver respondido uma ou mais FPs e/ou FNs, insista e siga ao proc. <i>c</i> . Caso contrário, siga ao proc. <i>d</i> .
<i>c</i>	Se o inf. tiver respondido uma ou mais FIs, volte a insistir e repita este proc. <i>c</i> . Caso contrário, siga ao proc. <i>d</i> .
<i>d</i>	Apresente a forma da vez da lista de sugestões e siga ao proc. <i>e</i> .
<i>e</i>	Se o inf. tiver aceitado/rejeitado a forma da vez da lista de sugestões, siga ao proc. <i>d</i> , desde que ainda haja formas a serem sugeridas. Caso contrário, siga ao proc. <i>a</i> .

FP e FN = formas espontâneas positiva e negativa • FI = forma resultante de insistência

Como se vê, o modelo exibido no Quadro 1 congrega elementos tanto da TTT quanto da TE. Sua aplicação, à maneira algorítmica, visa a uma obtenção sistemática de dados a garantir comparabilidade metodológica máxima entre eles.

No plano da cartografiação, pressupondo a prévia realização da etiquetagem do *corpus*, a TET também combina elementos da TTT e da TE. Agora, é possível não só sistematicamente cartografar formas de estatutos em comum (só formas espontâneas positivas, por exemplo), mas também formas de ordens de relevância em comum (só as cabeças de relevância, por exemplo).

¹⁴ Questão 181 originalmente concebida pelo Comitê Nacional do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (CNPA, 2001) para seu Questionário Semântico-Lexical.

4. “CERTO” VS. “ERRADO” E JUÍZOS METALINGUÍSTICOS/ EPILINGUÍSTICOS E ETNOGRÁFICOS DO INFORMANTE

Em contexto de levantamento de dados vernaculares, alguns níveis linguísticos podem ser objeto de certos juízos por parte do entrevistado. Isso porque este, como falante de uma dada língua, é passível/capaz de fazer juízos de valor sobre a gramática dessa língua e sobre o léxico, bem como correlacionar fatos linguísticos dessa língua com aspectos extralinguísticos. Trata-se da dimensão *diarreferencial* (cf. THUN, 2000, p. 191), por meio da qual é possível fazer observações e análises qualitativas dos comentários e referências metalinguísticas (expressões que descrevem a língua) e epilinguísticas (comentários sobre fatos associados à língua, mas estruturalmente não-conexos com ela) dos informantes, visando a fazer asserções fundamentadas a respeito da identidade étnica e das atitudes linguísticas (cf. MARGOTTI, 2004, p. 124). Algumas variantes são aceitas como gramaticais ou como pertencentes à língua; outras, não. Algumas formas são consideradas de prestígio; outras, de estigma; ou neutras. Nesse sentido, um ponto que não pode ser negligenciado quando o intuito é coletar dados autênticos da comunidade de fala visitada é a problemática do “certo” vs. “errado”.

Antes de a elicitación iniciar, é importante informar ao entrevistado que os juízos de valor, salvo quando requeridos, devem ceder lugar à fala natural e despreziosa, sem preocupação com fala certa ou errada, como respostas às questões dos questionários de interesse propriamente linguístico. Mesmo assim, pode haver indivíduos a se porem preocupados com isso quando se trata apenas de demandas por dados linguísticos, colocando em risco a qualidade da pesquisa, o que se observa através de comentários intervenientes como “Não sei se está certo assim” ou perguntas como “Está certo falar assim?”.

Aqui, deve entrar a paciência do pesquisador. Ele precisa não apenas retomar o que disse antes, mas ainda fazer sucessivos complementos. Até porque, por diversas razões possíveis, muitos falantes imaginam que o objetivo da pesquisa seja diferente daquele comunicado pelo pesquisador.

Figueiredo Jr. (2019), por exemplo, em pesquisa dialetológica no interior paulista, relata que encontrou inquiridos que, até ocorrer uma intervenção do inquiridor, imaginavam tratar-se de uma investigação interessada na verdade em medir o tempo de reação responsiva ou em testar conhecimentos gerais. Por isso, no caso da pesquisa dialetológica de fato, sempre que necessário, é preciso reafirmar ao inquirido, com paráfrases aqui e ali, compatíveis com o perfil do falante, que o propósito é registrar a fala mais autêntica e natural possível da comunidade — o que, entretanto, não exclui um interesse adicional eventual pelos juízos de valor.

Se o entrevistador não controlar esse aspecto pragmático da investigação, o risco será a constituição de *corpus* artificial, resultante de influências na fala decorrentes de monitoramento linguístico-enunciativo. Apesar do caráter inevitavelmente mais ou menos formal que a entrevista assume, o entrevistado precisa ser demovido da posição de fala regida por juízos de valor legatários da tradição gramatical escrita e/ou não científica. A ciência linguística traz o conhecimento de que não há “certo” vs. “errado”, mas sim “adequado” vs. “inadequado”, à luz do julgamento de falantes naturais pertencentes à própria comunidade. Como lembra Figueiredo Jr. (2019), esse é um cuidado a ser observado aliás não só em relação àqueles que têm algum nível de escolarização, mais suscetíveis a atuarem em outros registros de fala que não o vernacular do dia a dia coloquial, mas também em relação àqueles que são pouco ou nada escolarizados. Contemporaneamente, até indivíduos rurais sem formação escolar, por conta do rádio e

da TV, são flagrados dizendo que o modo como eles falam é errado e que o certo é como se fala na cidade.

Os diálogos *XI* e *XII* a seguir ajudam a visibilizar a problemática do “certo” vs. “errado” de maneira prática.

XI Galinha sem rabo (FIGUEIREDO JR., 2019, p. 132)

Inq.: — Como se chama uma galinha sem rabo?

Inf.: — “Corve”¹⁵, mas não sei se essa palavra existe.

Inq.: — Como assim?

Inf.: — Não sei se ela está no dicionário.

Inq.: — Mas os dicionários não registram necessariamente todas as palavras que existem. O senhor utiliza essa palavra, não é?

Inf.: — Sim.

Inq.: — Seus amigos, familiares também?

Inf.: — Sim, o pessoal do sítio.

Inq.: — Então, tudo indica que “corve”, pelo menos no meio em que o senhor vive, existe, independentemente de livros, não é verdade?

Inf.: — É.

Inq.: — Nossa conversa aqui trata justamente disso. Fique à vontade, portanto, para dizer as palavras que o senhor fala no dia a dia. É exatamente isso de que preciso.

Inf.: — Tudo bem.

XII Pessoa sem uma perna (*ibid.*, *loc. cit.*)

Inq.: — Como se chama quem não tem uma perna?

Inf.: — “Saci”, mas é mais gíria e tem um aspecto pejorativo. Deve ter um termo correto ou mais adequado, ou ainda algum que a medicina use.

Inq.: — Você tem razão, mas o interesse nesta nossa interação não é por palavras consideradas corretas ou certas, ou por aquelas mais ou menos adequadas, muito menos técnicas, mas sim simplesmente pelo que se usa aqui, independentemente de qualquer juízo de valor ou classificação. Se “saci” é uma palavra usada aqui para referir-se a “quem não tem uma perna”, então ela é uma resposta não só possível, mas também válida, e é isso que procuro. Se você conhecer mais palavras além de “saci”, elas também serão super bem-vindas. Isso vale para todas as perguntas que lhe farei.

Inf.: — Entendi.

Mesmo com a implementação das medidas que visam a garantir o acesso ao vernáculo mais natural do informante, este, deliberadamente ou não, frequentemente deixa escapar certos juízos acerca dos fatos linguísticos. O lado bom desse “vazamento” é que tais juízos possuem o potencial de enriquecerem o entendimento das relações de sobredeterminação extralinguística dos fatos linguísticos primariamente objetivados. Nessa linha, os juízos podem não só formar um *corpus* correspondente em si à dimensão denominada de *diarreferencial* (THUN, 2000, p. 191), mas ainda constar da descrição ou da explicação dos fenômenos linguísticos envolvidos.

¹⁵ Pronúncia: [ˈkɔɫ.vɪ] (*ibid.*, *loc. cit.*).

Em sua pesquisa, Figueiredo Jr. (2019, p. 1.883) classifica os juízos não linguísticos que registrou em dois grupos, um metalinguístico/epilinguístico e outro etnográfico. A lista *XIII* os apresenta.

XIII Grupo metalinguístico/epilinguístico

- a* sinônimos
- b* definições semânticas
- c* jocosidade associada
- d* informação diageracional
- e* *status* temporal de formas: antigas vs. recentes
- f* *status* popular vs. técnico de formas
- g* percepção sobre frequência
- h* percepção de caída em desuso
- i* juízos de valor negativo
- j* juízos de “certo” vs. “errado”

XIV Grupo etnográfico

- a* tabus
- b* lendas
- c* crenças religiosas
- d* superstições laicas

O autor ilustra, respectivamente, as listas *XIII* e *XIV* com as listas *XIII'* e *XIV'* a seguir. Os dados mencionados têm origem em sua pesquisa empírica.

XIII' Grupo metalinguístico/epilinguístico:

- a'* <raposa> seria um sinônimo popular de <gambá>;
- b'* <guria> designaria a mulher que, diferentemente da prostituta, não cobra dinheiro pelo sexo;
- c'* <boi ralado> seria uma alternativa jocosa a <carne moída>;
- d'* <dente do siso> seria mais comum entre jovens, e <dente do juízo>, entre velhos;
- e'* <ramona> seria mais antigo do que <grampo>;
- f'* <saboneteira> seria popular, e <clavícula>, técnico;
- g'* <filãozinho> estaria perdendo espaço para <pão francês>;
- h'* <fubeca> (como covariante de <bolinha de gude>) teria sido mais comum antigamente do que hoje em dia;
- i'* <sovaco>, diferentemente de <axila>, seria uma forma considerada “feia”;
- j'* seria costume dizer <corvo>, mas o “correto” seria <urubu>.

XIV' Grupo etnográfico:

- a'* falar sobre menstruação era tabu (e <chico> teria sido um nome pensado para referir-se a ela de modo eufemístico);
- b'* um saci estaria presente no centro de rodamosinhos de vento;
- c'* os trovões seriam provocados pelo deslocamento de “móveis” no céu durante o trabalho de São Pedro em pôr o lugar em ordem;
- d'* o consumo da banana incôe geraria gêmeos.

Note-se que o futuro do pretérito (condicional) é usado no relato dos casos dados, embora as afirmações tenham sido originalmente feitas pelos falantes predominantemente em algum tempo verbal no indicativo. Isso porque os juízos, salvo algumas exceções, foram coletados mais frequentemente de apenas um informante cada, de modo que as afirmações aqui arroladas precisam ser então interpretadas preferencialmente como hipóteses a serem investigadas por pesquisadores.¹⁶

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, os agentes na pesquisa geolinguística — ou seja, os atores que a operacionalizam e que a tornam concretamente possível — foram apresentados e caracterizados, segundo seus papéis nas diferentes etapas da execução de um projeto de atlas linguístico tal como aqui concebido. Além disso, tratou-se da metodologia de coleta de dados semântico-lexicais, de sua etiquetagem e de sua cartografia geolinguística.

Na primeira de quatro fases de execução de um atlas, destacam-se o inquiridor/entrevistador, o controlador e o anotador, cada qual com funções específicas: o primeiro enunciando as questões ao informante, o segundo assegurando as condições para a boa realização da elicitación e o terceiro registrando detalhes das falas e do ambiente que podem qualificar certos dados. Na segunda fase, o transcritor e o revisor são figuras centrais, realizando, como seus nomes sugerem, as transcrições dos dados gravados e a sua revisão, respectivamente. Na terceira fase, o manipulador e o analista desempenham seu quinhão no projeto: o primeiro é responsável por alimentar o(s) programa(s) de computador com os dados, os quais, em seguida, são preliminarmente analisados pelo segundo. Na quarta e última fase, o cartógrafo e o diagramador atuam na confecção das cartas linguísticas e em sua organização preparatória à divulgação/publicação, de modo que elas estejam não só tecnicamente corretas, mas também bem apresentadas gráfica e esteticamente.

Adicionalmente, a chamada ‘técnica de efeito tríplice’ (TET) foi proposta. Como derivada genealógicamente e englobante metodologicamente da ‘técnica de entrevista orientada à contundência responsiva/anuente’ (TE) de Figueiredo Jr. (2019) e da ‘técnica de entrevista de três tempos’ (TTT) de Thun (2000), a TET reúne o melhor de suas predecessoras, pois ela prevê a aplicação dos tempos de elicitación (perguntar, insistir e sugerir), da pluralidade de informantes (simultânea ou sucessiva), da atribuição de etiquetas qualitativo-epistemológicas aos dados do *corpus* (forma espontânea positiva, forma sugerida aceita *etc.*) e, ainda, da cartografia das formas segundo tais etiquetas (para um conjunto 1 de cartas linguísticas) e segundo sua ordem de relevância (para um conjunto 2 de cartas).

Ademais, ainda foi proposto um modelo de elicitación semântico-lexical da TET. Com ele, os procedimentos de coleta de dados são apresentados de modo sistemático e algorítmico.

Por fim, por ensejo inicialmente da problemática do “certo” vs. “errado” em específico, posta por muitos inquiridos em entrevista de natureza linguística, abordaram-se os grupos metalinguístico/epilinguístico e etnográfico de juízos em geral emitidos por informantes. Defendeu-se que o modo de enunciação preso a avaliações de certo e de errado como vetor de orientação autoimposto por muitos entrevistados pode produzir o

¹⁶ Um questionário específico seria um bom instrumento metodológico para essa investigação. Tome-se, por exemplo, o último caso (*XIVd*). A questão para verificar sua produtividade poderia ser algo como: “Aqui, o que se costuma dizer acontecer quando se come um/a *x*?”; sendo *x* <banana incõe> ou alguma outra variante presente no *locus*.

efeito de dificultar a consecução do objetivo prioritário que a pesquisa dialetológica pode ter de pretender acessar o vernáculo mais natural da comunidade de fala sob investigação. Todavia, os juízos de certo e de errado podem ser objeto de formação de um *corpus* não linguístico a ser analisado, juntamente com os juízos metalinguísticos/epilinguísticos e etnográficos em geral — que vem a constituir a dimensão diarreferencial —, com potencial de auxiliar o entendimento de condicionamentos externos à realidade de fala do agrupamento humano — situado num determinado tempo e num determinado espaço — focalizado pela pesquisa geolinguística.

REFERÊNCIAS

- CHAMBERS, (J.K.) Jack; TRUDGILL, Peter. *Dialectology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.
- CNPA = Comitê Nacional do Projeto ALiB. *Atlas Linguístico do Brasil: questionários 2001*. Londrina: Ed. UEL, 2001.
- FERREIRA, Carlota; CARDOSO, Suzana. *A dialetologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.
- FIGUEIREDO JR., Selmo Ribeiro. *Atlas linguístico pluridimensional do português paulista: níveis semântico-lexical e fonético-fonológico do vernáculo da região do Médio Tietê*. Orientadores: Manoel M. Santiago-Almeida & Harald Thun. 2018. 2.120 p. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- MARGOTTI, Felício Wessling. *Difusão sócio-geográfica do português de contato com o italiano no sul do Brasil*. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- RADTKE, Edgar; THUN, Harald. Neue Wege der romanischen Geolinguistik: eine Bilanz. In: RADTKE, Edgar; THUN, Harald. (orgs.) *Akten des Symposiums zur empirischen Dialektologie*. Kiel: Westensee-Verl., 1996. p. 1-24.
- THUN, Harald. A Dialetologia Pluridimensional no Rio da Prata. In: ZILLES, A. M. S. (org.) *Estudos de variação linguística no Brasil e no Cone Sul*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2005. p. 63-92.
- THUN, Harald. (dir.). *Atlas lingüístico diatópico y diastrático del Uruguay*. Kiel: Westensee-Verl., 2000.
- THUN, Harald. Pluridimensional Cartography. In: LAMELI, Alfred; KEHREIN, Roland; RABANUS, Christian (eds.). *Language mapping*. Berlin: de Gruyter Mouton, 2010, p. 506-523.

Recebido: 6/10/2020

Aceito: 29/3/2021

Publicado: 5/4/2021